

Convocação dá reforço salarial aos eleitos

LETÍCIA BORGES

Os novos parlamentares poderão sentir, já em fevereiro, os efeitos da norma recém-aprovada para os seus próprios salários. Foi acertada ontem uma nova convocação extraordinária de 3 a 15 de fevereiro, data em que o novo Congresso realmente começa seus trabalhos. A convocação se faz necessária, explicou o deputado Humberto Souto (PFL-MG), porque há pelo menos 10 medidas provisórias cujos prazos vão expirar em janeiro e o Governo terá que reeditá-las. A convocação, já acertada entre os líderes, dará aos parlamentares uma ajuda de custo extra, já de acordo com os novos valores dos salários.

Este ano, os parlamentares já receberam uma ajuda de custo com a convocação que se encerra em 31 de janeiro, durante a qual praticamente foi limpada a pauta do Congresso, inclusive com a aprovação de mediadas polêmicas, como a anistia aos parlamentares que usa-

ram indevidamente a gráfica do Senado e a elevação do salário mínimo para R\$ 100. Receberam, no entanto, de acordo com os valores antigos.

O decreto legislativo aprovado na terça-feira, porém, estabelece que seus efeitos financeiros se produzirão a partir de 1º de fevereiro de 1995. Com isto, os salários também já estarão reajustados. Segundo o artigo 3º do decreto, "a ajuda de custo destina-se à compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocada na forma da Constituição Federal".

Com isto, a estréia do novo salário, de R\$ 8 mil, será logo agora, proporcional aos 12 dias de convocação. O novo Congresso toma posse no dia 1º de fevereiro, no dia 2 são eleitas as mesas diretoras das duas casas, mas, pela própria Constituição, os trabalhos são suspensos e só retomados no dia 15.